



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905

Telefone: (16) 33518301 - <http://www.ufscar.br>

Ofício nº 55/2021/CCBS

São Carlos, 28 de novembro de 2021.

Para:

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Presidente do Conselho Universitário

Assunto: **Minuta de Regimento do CCBS para apreciação do ConsUni**

Magnífica Reitora,

Encaminho a versão final do Regimento do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (0544013) para apreciação do Conselho Universitário. Informo que o documento foi analisado pela Procuradoria Federal junto à UFSCar (0385501) e que as recomendações do procurador foram acatadas e aprovadas pelo CoC-CCBS em reunião extraordinária realizada em 18/05/2021 (0403592).

Atenciosamente,

Profa. Dra. Maria da Graça Gama Melão

Diretora do CCBS



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Graça Gama Melao, Diretor(a) de Centro**, em 28/11/2021, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **0543984** e o código CRC **A9BD6C30**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.014968/2020-11

SEI nº 0543984

Modelo de Documento: Ofício, versão de 02/Agosto/2019

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (CCBS)

CAPÍTULO I

DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (CCBS)

Art. 1º. O Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, doravante denominado CCBS, órgão setorial da UFSCar, instituído pelo Conselho Universitário, tem suas atividades regulamentadas pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º. O CCBS é constituído por Departamentos, Coordenações de Cursos de Graduação, Coordenações de Programas de Pós-Graduação, Unidades Multidisciplinares e Unidades Especiais de Apoio Acadêmico que compreendam atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às áreas de ciências biológicas e da saúde.

Art. 3º. O CCBS abrange os seguintes Departamentos e unidades:

I - Departamentos:

- a) Departamento de Botânica – DB;
- b) Departamento de Ciências Ambientais – DCAm;
- c) Departamento de Ciências Fisiológicas – DCF;
- d) Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva – DEBE;
- e) Departamento de Educação Física e Motricidade Humana – DEFMH;
- f) Departamento de Enfermagem – DEnf;
- g) Departamento de Fisioterapia – DFisio;
- h) Departamento de Genética e Evolução – DGE;
- i) Departamento de Gerontologia – DGero;
- j) Departamento de Hidrobiologia – DHb;
- k) Departamento de Medicina – DMed;
- l) Departamento de Morfologia e Patologia – DMP;
- m) Departamento de Terapia Ocupacional – DTO.

II - Coordenações de Cursos de Graduação:

- a) Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas – CCCB;

- b) Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – CCCBL;
- c) Coordenação do Curso de Bacharelado em Educação Física – CCEF;
- d) Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física – CCEFL;
- e) Coordenação do Curso de Bacharelado em Biotecnologia – CCBiotec;
- f) Coordenação do Curso de Enfermagem – CCEnf;
- g) Coordenação do Curso de Fisioterapia – CCFisio;
- h) Coordenação do Curso de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental – CCGAAm;
- i) Coordenação do Curso de Bacharelado em Gerontologia - CCGero;
- j) Coordenação do Curso de Medicina – CCMed;
- k) Coordenação do Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional – CCTO.

III - Coordenações de Programas de Pós-Graduação:

- a) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – PPGCAm;
- b) Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna – PPGCFau;
- c) Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais – PPGERN;
- d) Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – PPGEnf;
- e) Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia – PPGFt;
- f) Programa de Pós-Graduação em Genética Evolutiva e Biologia Molecular – PPGGEv;
- g) Programa de Pós-Graduação em Gestão da Clínica – PPGGC;
- h) Programa de Pós-Graduação em Gerontologia – PPGGero;
- i) Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional – PPGTO;
- j) Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas – PIPGCF;
- k) Programa de Mestrado Profissional em Educação Física – PROEF.

IV - Unidades Multidisciplinares:

- a) Unidade de Pesquisa Integrada da Biodiversidade Tropical Prof. Dr. José Eduardo dos Santos – BIOTROP.

V - Unidades Especiais de Apoio Acadêmico:

a) Unidade Especial de Apoio Biotério Central – UApBC;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CCBS

Art. 4º. A administração do Centro será exercida pelos seguintes órgãos:

I - Conselho de Centro – CoC-CCBS;

II - Diretoria;

II.1 - Divisão de Planejamento;

II.2 - Secretaria de Administração, Finanças e Contratos;

II.3 - Secretaria Executiva.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DO CENTRO

Art. 5º. O Conselho de Centro (CoC-CCBS) é órgão deliberativo do CCBS, de nível setorial, para os assuntos de administração, ensino, pesquisa e extensão.

SUBSEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO DO CoC-CCBS

Art. 6º. O CoC-CCBS será integrado pelos seguintes membros:

I - Diretor, como seu presidente;

II - Vice-Diretor, como vice-presidente;

III - todos os chefes dos Departamentos vinculados ao Centro;

IV - todos os coordenadores dos Cursos de Graduação vinculados ao Centro;

V - todos os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação vinculados ao Centro;

VI - por representantes do corpo discente de pós-graduação, eleitos por seus pares;

VII - por representantes do corpo discente de graduação, eleitos por seus pares;

VIII - por representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos por seus pares.

§ 1º. O mandato dos membros a que se referem os incisos VI e VII deste artigo terá a duração de um ano e o dos membros a que se refere o inciso VIII terá a duração de dois anos.

§ 2º. Os números dos representantes mencionados nos incisos VI, VII e VIII serão iguais e estabelecidos pelo próprio Conselho de modo que, observada a legislação vigente, correspondam a, em conjunto, até 30% do número total de membros do colegiado.

§ 3º. O número de representantes das categorias mencionados nos incisos VI, VII e VIII será limitado a 4 (quatro) por categoria.

SUBSEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CoC-CCBS

Art. 7º. Compete ao CoC-CCBS:

I - promover a supervisão didática, administrativa e organizacional do Centro, exercendo as atribuições daí decorrentes;

II - detalhar no âmbito do Centro as políticas sobre atividades fins – matérias relativas à gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, recursos humanos, físicos e financeiros formuladas nos conselhos superiores da Universidade;

III - elaborar ou modificar o Regimento Interno do Centro, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário;

IV - aprovar os regimentos internos dos departamentos do Centro, de suas unidades especiais e multidisciplinares, submetendo-os ao Conselho Universitário para homologação;

V - aprovar os regimentos internos das Coordenações de Curso de Graduação e de Programas de Pós-graduação do Centro, submetendo-os ao conselho superior específico para homologação;

VI - eleger, dentre seus membros, representantes titular e suplente para comporem o Conselho Universitário e os conselhos superiores específicos, bem como fixar os respectivos mandatos;

VII - propor ao Conselho Universitário a criação, alteração, fusão ou extinção de departamentos e unidades multidisciplinares do Centro;

VIII - propor ao conselho superior específico a criação, alteração, fusão ou extinção de Coordenações de Curso de Graduação, Programas de Pós-graduação, Unidades Multidisciplinares e Unidades Especiais de Apoio ao ensino, pesquisa e extensão do Centro;

IX - estabelecer o calendário para os processos de escolha de Diretor e Vice-Diretor do Centro, encaminhando-o para ciência do Conselho Universitário;

X - homologar, previamente à realização das eleições, normas para os processos de escolha de Chefes e Vice-Chefes de Departamento, Coordenadores e Vice-Coordenadores de Cursos de Graduação, Diretor e Vice-Diretor de Unidade Multidisciplinar e Coordenadores e Vice-Coordenadores de Programa de Pós-Graduação do Centro, aprovadas pelos respectivos conselhos e comissão;

XI - propor ao Conselho Universitário a concessão de títulos honoríficos;

XII - aprovar o relatório anual apresentado pelo Diretor do Centro, bem como os relatórios anuais dos Departamentos, das Coordenações de Curso de Graduação, dos Programas de Pós-Graduação, das Unidades Multidisciplinares e Unidades Especiais de Apoio;

XIII - propor ao Conselho Universitário, pelo voto de dois terços de seus membros, o afastamento ou a destituição do Diretor do CCBS, na forma da lei e do Regimento Geral;

XIV - examinar as propostas encaminhadas por Comissões de Programas de Pós-graduação, Conselhos Departamentais, Coordenações de Curso de Graduação, Unidades Multidisciplinares ou Unidades Especiais de Apoio do CCBS de afastamento ou destituição dos titulares dessas unidades organizacionais;

XV - examinar os recursos contra atos do Diretor do Centro ou deliberações das Comissões de Programas de Pós-graduação, dos Conselhos Departamentais, de Coordenações de Curso de Graduação, de Unidades Multidisciplinares e de Unidades Especiais de Apoio do CCBS, nos casos e na forma definidos nos artigos 22 e 23 do Regimento Geral da UFSCar;

XVI - analisar e emitir pareceres sobre outras questões de ordem administrativa e disciplinar, no âmbito de sua competência;

XVII - aprovar, no seu âmbito, os Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, nas modalidades presencial e a distância, projetos de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, bem como fichas de caracterização e a oferta de disciplinas dos cursos;

XVIII - apreciar, aprovar e/ou homologar os projetos, relatórios científicos e de prestação de contas elaborados pela Direção do CCBS, executados no cumprimento de suas funções junto aos órgãos internos e externos;

XIX - apreciar, aprovar e/ou homologar programas, projetos e relatórios de extensão;

XX - aprovar acordos de cooperação técnica, científica e acadêmica;

XXI – aprovar a admissão de pesquisadores em Programas de Pós-Doutorado (PPD) na UFSCar;

XXII - deliberar a respeito das aprovações *ad referendum* da Direção do Centro;

XXIII - exercer outras atribuições previstas nos Regimentos Gerais dos Cursos de Graduação, dos Programas de Pós-Graduação, das Atividades de Pesquisa, das Atividades de Extensão, das Atividades Comunitárias e Estudantis e das Atividades Administrativas da UFSCar.

SUBSEÇÃO III

DO FUNCIONAMENTO DO CoC/CCBS

Art. 8º. O CoC/CCBS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês ou, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, por iniciativa própria ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º. A convocação pública do colegiado de órgão deliberativo será feita com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, em documento escrito encaminhado por meio impresso ou eletrônico, pelo seu Presidente, com a indicação da pauta de assuntos a serem tratados na reunião, devidamente documentada.

§ 2º. A antecedência de 48 (quarenta e oito) horas poderá ser abreviada e a pauta poderá ser omitida quando ocorrerem motivos excepcionais a serem justificados no documento de convocação ou no início da reunião, desde que aceitos pela maioria dos membros do colegiado presentes na reunião.

§ 3º. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando ocorrerem motivos excepcionais a serem justificados no documento de convocação ou no início da reunião, desde que aceitos pela maioria dos membros do Colegiado.

Art. 9º. A pauta de reuniões do Conselho será dada a conhecer aos seus membros e à comunidade do CCBS, por meio impresso ou eletrônico, tais como mensagem e divulgação na página do Centro na Internet.

Art. 10. Os processos que venham a constar da Ordem do Dia das reuniões do CoC/CCBS ficarão à disposição para consulta dos membros em ambiente virtual.

Art. 11. Nas sessões do CoC/CCBS, serão tratadas:

I - Comunicações: espaço para divulgação de informes de interesse do Conselho ou da Instituição, sendo o primeiro momento reservado à Presidência e o segundo aos conselheiros.

II - Apreciação de atas: submissão ao plenário para aprovação ou proposição de correção, alteração ou emenda ao texto.

III - Ordem do dia: matérias constantes da pauta da sessão, em ordem de prioridade, que serão discutidas e votadas uma a uma.

Art. 12. O CoC/CCBS reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, deliberando pelo voto da maioria dos presentes à reunião, salvo nos casos especiais previstos no Estatuto, no Regimento Geral ou nas demais normas institucionais.

§ 1º. Não serão computadas para efeito de contagem de quórum, as representações que não estiverem efetivamente preenchidas na data da convocação da respectiva reunião.

§ 2º. Não sendo alcançado quórum para realização de uma reunião do Conselho, será convocada nova reunião, em nova data, com antecedência mínima de 48 horas.

Art. 13. Caberá ao Plenário decidir, por maioria dos membros presentes à sessão, com base em proposta da Presidência ou de qualquer membro, a alteração da ordem dos assuntos constantes da pauta.

§ 1º. Apenas serão objeto de deliberação as matérias que tenham constado da respectiva Ordem do Dia.

§ 2º. A inclusão de assuntos na pauta será admitida, em caráter excepcional, desde que devidamente justificada pelo Presidente do Conselho no início da reunião e acatada por maioria dos membros presentes à sessão.

Art. 14. A discussão de cada um dos assuntos constantes da ordem do dia será iniciada com a apresentação da matéria pela Presidência ou de parecer de relator pré-designado, seguida das manifestações dos demais conselheiros, desde que devidamente inscritos pela Presidência.

§ 1º. No processo de discussão, as questões de ordem e de encaminhamento, que visem restabelecer ou alterar aspectos relativos à organização e funcionamento das sessões, terão precedência sobre qualquer outro tipo de intervenção.

§ 2º. As questões de esclarecimento, destinadas à elucidação de dúvidas a respeito da matéria em discussão, deverão ser dirigidas à Presidência antes de iniciado o regime de votação.

§ 3º. Antes da votação, qualquer membro poderá solicitar a verificação do quórum.

Art. 15. Os membros do CoC-CCBS terão direito a voz e voto, com exceção do Presidente, a quem compete apenas o voto desempate.

§ 1º. A votação será simbólica ou nominal, adotando-se a primeira forma, sempre que a segunda não seja requerida por qualquer membro presente e aprovada pelo plenário.

§ 2º. Excepcionalmente, adotar-se-á a votação secreta, quando expressamente prevista no Estatuto e Regimento Geral da UFSCar.

§ 3º. Qualquer membro do CoC-CCBS poderá fazer declaração de voto e solicitar que a mesma conste na ata da sessão.

Art. 16. As deliberações serão feitas pelo voto da maioria dos membros presentes à sessão, salvo se houver exigência, estatutária ou regimental, de aprovação por quórum qualificado.

Art. 17. Para o registro das deliberações do CoC-CCBS e atos a ele relacionados, serão expedidos documentos oficiais pertinentes, em especial:

a) **Resolução:** todo ato administrativo resultante de deliberação do Plenário do CoC-CCBS, de natureza normativa e genérica, que discipline matérias de sua esfera de competência;

b) **Ato Administrativo:** todo ato resultante de deliberação do Plenário do CoC-CCBS, de natureza decisória, em que sejam dirimidos casos concretos, tais como recursos, constituição de comissões e câmaras assessoras, afastamentos de servidores e outras matérias afetas à sua esfera de competência, em grau original ou recursal;

c) **Parecer:** manifestação técnica, de natureza opinativa, expedida por órgão consultivo, tais como comissões assessoras, relatores ou outros órgãos integrantes da UFSCar e que servirá de subsídio para a tomada de decisão do colegiado;

d) **Moção:** manifestação do colegiado, de apoio ou repúdio a determinada situação fática.

Art. 18. Na falta ou impedimento do Presidente do CoC-CCBS e do seu substituto legal, a Presidência será exercida por um Chefe de Departamento ou por um Coordenador de Curso de Graduação ou de Programa de Pós-Graduação, previamente designado pelo Diretor.

Art. 19. O membro do CoC-CCBS que, por motivo justo, não puder comparecer à reunião, deve comunicar essa impossibilidade, por meio impresso ou eletrônico, à Secretaria Executiva do CCBS.

Art. 20. O Conselheiro eleito que, no decorrer de seu mandato, faltar, sem a devida justificativa, três vezes consecutivas ou cinco intercaladas, às reuniões do CoC-CCBS poderá ser excluído, a critério do próprio Conselho, cabendo à Presidência solicitar a sua substituição.

Parágrafo único. O membro excluído somente poderá ser reinserido, antes de terminado o mandato, mediante solicitação formal dirigida ao CoC-CCBS e acolhida pelo Colegiado.

SUBSEÇÃO IV

DAS COMISSÕES E CÂMARAS ASSESSORAS

Art. 21. O CoC-CCBS poderá constituir comissões e câmaras assessoras, de caráter permanente, conforme a natureza dos assuntos e obedecido o princípio de representatividade, ficando a elas delegada a competência para emitir pareceres ou deliberar sobre os assuntos de sua alçada.

Art. 22. O CoC-CCBS poderá constituir comissões temporárias, sempre que necessário, fixando sua composição e o prazo para a conclusão dos trabalhos, em conformidade com as exigências específicas que requeiram sua criação.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

Art. 23. A Diretoria será exercida por um Diretor, a quem compete superintender e coordenar as atividades do Centro, de acordo com as diretrizes do CoC-CCBS.

§ 1º. O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de quatro anos, permitida uma recondução.

§ 2º. O Diretor será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Diretor e este por um Chefe de Departamento ou por um Coordenador de Curso de Graduação ou de Programa de Pós-Graduação do Centro, previamente designado pelo Diretor.

Art. 24. O Diretor e Vice-Diretor do CCBS serão nomeados pelo Reitor, com base em processo de escolha realizado nos termos do Capítulo III deste Regimento.

SUBSEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

Art. 25. Compete ao Diretor do CCBS

I - superintender e coordenar as atividades do CCBS de acordo com as diretrizes do CoC-CCBS;

II - administrar e representar o CCBS;

III - convocar e presidir as reuniões do respectivo CoC-CCBS;

IV - cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e Regimento Geral da UFSCar, dos Regimentos Gerais específicos e deste Regimento Interno;

V - cumprir e fazer cumprir as deliberações do CoC-CCBS e dos colegiados superiores, bem como os atos dos órgãos da administração superior da Universidade;

VI - nomear Chefe e Vice-Chefe dos Departamentos, Coordenador e Vice-Coordenador dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação vinculados ao CCBS, com base em processo de escolha estabelecido pelos respectivos órgãos colegiados e homologados pelo CoC-CCBS;

VII - designar Chefe Interino, Coordenador Interino ou Diretor Interino, no caso de intervenção em Departamento, Coordenação de Curso de Graduação, Coordenação de Programa de Pós-Graduação, Unidade Multidisciplinar ou Unidade Especial de Apoio;

VIII - adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do CoC-CCBS, submetendo o seu ato à ratificação do colegiado no prazo de 72 (setenta e duas) horas;

IX - manifestar-se a respeito dos recursos administrativos interpostos contra suas decisões, reconsiderando-as ou encaminhando-os ao CoC-CCBS para análise e deliberação;

X - administrar tarefas e prazos para o cumprimento das atribuições do CoC-CCBS por parte de seus componentes, bem como pelas comissões e câmaras assessoras, garantindo as decisões necessárias para a boa condução das atividades;

XI - convocar as eleições para o CoC-CCBS;

XII - resolver, *ad referendum* do CoC-CCBS, casos omissos neste Regimento Interno;

XIII - exercer as demais atividades previstas no Estatuto, Regimento Geral, demais normas institucionais da UFSCar e deste Regimento Interno.

Art. 26 São competências do Vice-Diretor do CCBS:

I - substituir o Diretor em suas ausências e impedimentos;

II - encarregar-se de parte da direção do Centro, conforme previsto neste Regimento Interno ou por delegação expressa do Diretor;

III - ocupar a Divisão de Planejamento – DiPlan/CCBS;

IV - exercer as demais atividades previstas no Estatuto, Regimento Geral, demais normas institucionais da UFSCar e deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO II

DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO – DiPlan/CCBS

Art. 27. A DiPlan/CCBS, órgão executivo vinculado à Diretoria do CCBS, será ocupada pelo Vice-Diretor do CCBS, mediante designação do Reitor.

Art. 28. Compete à Divisão de Planejamento:

I - colaborar no planejamento do CCBS, mediante o acompanhamento e a avaliação das atividades administrativas;

II - exercer outras atividades, mediante delegação expressa do Diretor.

SUBSEÇÃO III

DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS e CONTRATOS – SAFC/CCBS

Art. 29. A SAFC/CCBS, órgão executivo vinculado à Diretoria do CCBS, será ocupada por um servidor técnico-administrativo indicado pelo Diretor do CCBS e designado pelo Reitor.

Art. 30. Compete à SAFC/CCBS responsabilizar-se pelas atividades referentes à execução orçamentária e financeira do CCBS, bem como à gestão dos contratos a ele vinculados.

SUBSEÇÃO IV

DA SECRETARIA EXECUTIVA – SE/CCBS

Art. 31. A SE/CCBS, órgão executivo vinculado à Diretoria do CCBS, será ocupada por um servidor técnico-administrativo indicado pelo Diretor e designado pelo Reitor.

Art. 32. Compete à SE/CCBS:

- I - responsabilizar-se pela realização de atividades de secretariado executivo direto ao Diretor e Vice-Diretor do CCBS;
- II - executar as deliberações do CoC/CCBS afetas a sua atividade;
- III - elaborar as listas com as assinaturas dos presentes, secretariar as reuniões do CoC/CCBS e redigir suas atas;
- IV - apoio à comissão eleitoral para a realização dos processos eleitorais realizados no âmbito do Centro.

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS ELEITORAIS

SEÇÃO I

DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO COC-CCBS

Art. 33. No mínimo 60 dias antes do término do mandato dos membros do Conselho, referidos no artigo 6º, incisos VI, VII e VIII deste Regimento, competirá ao Diretor do CCBS, na condição de Presidente do CoC-CCBS, designar Comissão Eleitoral que se incumbirá de coordenar o processo eleitoral.

§ 1º. A Comissão Eleitoral será composta, preferencialmente, por um servidor docente, um servidor técnico-administrativo e um discente.

§ 2º. Os trabalhos da Comissão Eleitoral no decorrer da votação e da apuração deverão permanecer acessíveis a qualquer membro do CCBS, vedada, porém, qualquer interferência que venha prejudicar seu andamento ou a violação do sigilo do voto.

Art. 34. No mínimo noventa dias antes do término do mandato dos

membros do Conselho, referidos no artigo 6º, incisos VI, VII e VIII deste Regimento, competirá ao CoC-CCBS, a decisão do formato da eleição dos representantes (presencial ou eletrônica).

Art. 35. Os membros representantes das categorias de servidores técnico-administrativos e de discentes, assim como seus respectivos suplentes, serão eleitos por seus pares, através do voto secreto, observando-se o disposto no Regimento Geral da UFSCar.

Art. 36. A escolha do representante dos alunos de pós-graduação será realizada pelos alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação vinculados ao CCBS.

Art. 37. A escolha do representante dos alunos de graduação será realizada pelos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação vinculados ao CCBS.

Art. 38. Poderão candidatar-se à representação da categoria de servidores técnico-administrativos, os servidores do quadro permanente da UFSCar lotados nas unidades vinculadas ao CCBS, respeitadas as restrições legais e institucionais.

Art. 39. As inscrições de candidaturas para representação das categorias de servidores técnico-administrativos e de discentes se fará de forma individual, observando-se o calendário eleitoral previamente divulgado pela referida Comissão.

Art. 40. A cédula de votação deverá identificar cada categoria a ser representada, com o nome de cada um dos candidatos inscritos, em ordem alfabética. No caso de votação eletrônica (*on-line*), essas informações deverão constar no sistema de votação.

Art. 41. Para o caso de votação presencial, a eleição para representantes das categorias servidores técnico-administrativos e discentes ocorrerá em data e local previamente designados pela Comissão Eleitoral.

§ 1º. No ato da votação, os eleitores deverão comparecer munidos de documento de identificação e assinar a correspondente lista de votantes.

§ 2º. Serão considerados “válidos” os votos depositados na urna, contendo a rubrica de pelo menos um dos membros da Comissão Eleitoral e que não sejam considerados “brancos” ou “nulos”.

§ 3º. O voto será considerado “branco” quando a cédula original não contiver qualquer marca grafada pelo eleitor.

§ 4º. O voto será considerado “nulo” quando a cédula original contiver qualquer outra identificação que não seja a marcação no campo adequado e que deixe margem de dúvida quanto à preferência do eleitor.

Art. 42. Para o caso de votação eletrônica (*on-line*), a eleição para representantes das categorias servidores técnico-administrativos e discentes ocorrerá em data e *link* previamente designados pela Comissão Eleitoral.

§ 1º. Serão considerados “válidos” os votos depositados nas urnas virtuais e que não sejam considerados “brancos” ou “nulos”.

§ 2º. O voto será considerado “branco” quando a cédula original não contiver qualquer marca grafada pelo eleitor.

§ 3º. O voto será considerado “nulo” quando a cédula original contiver qualquer outra identificação que não seja a marcação no campo adequado e que deixe margem de dúvida quanto à preferência do eleitor.

Art. 43. Serão considerados eleitos os representantes que obtiverem o maior número de votos válidos obtidos junto à sua categoria.

Parágrafo único. Em caso de empate entre candidatos às categorias de servidor técnico-administrativo e discente, serão considerados, para fins de desempate, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) candidato com maior tempo de vínculo, na categoria que pretende representar, na Universidade;
- b) candidato com maior idade.

Art. 44. Competirá à Comissão Eleitoral emitir relatório que descreverá todas as etapas realizadas no decorrer do processo eleitoral, inclusive eventuais impugnações e recursos, números de votos válidos e não válidos, abstenções, identificando, ao final, os candidatos eleitos para o mandato a se iniciar.

Parágrafo único. No caso de votação presencial, as cédulas de votação, devidamente acondicionadas em envelope lacrado contendo as rubricas da Comissão Eleitoral, bem como as listas de votantes, deverão ser anexadas ao relatório final, que será encaminhado ao CoC-CCBS para ciência e posterior homologação. No caso de votação *on-line*, deverá ser anexado ao documento final

da Comissão Eleitoral, relatório fornecido pela SIn, contendo o total de eleitores aptos a votarem, total de eleitores que efetivamente votaram, número de votos recebido por cada candidato ou chapa e número de votos em branco, caso previsto em edital. Os *links* para acesso às urnas também deverão constar no relatório final, que será encaminhado ao CoC-CCBS para homologação.

SEÇÃO II

DO PROCESSO DE ESCOLHA DO DIRETOR E VICE-DIRETOR DO CCBS

Art. 45. O Diretor e Vice-Diretor do CCBS serão nomeados pelo Reitor, escolhidos dentre os indicados em lista tríplice elaborada por um Colégio Eleitoral.

Art. 46. O Colégio Eleitoral, composto pelos membros do CoC-CCBS, se reunirá mediante convocação do Presidente, a partir de um calendário eleitoral aprovado pelo colegiado.

§ 1º. A sessão do Colégio Eleitoral deverá ocorrer, no mínimo, 45 dias antes do término do mandato vigente da Diretoria.

§ 2º. No ato de convocação deverão ser definidos a data, local e horário da realização da sessão.

§ 3º. Em caso de impossibilidade de se reunir presencialmente, será realizada sessão virtual do colégio eleitoral.

Art. 47. A sessão destinar-se-á à indicação e habilitação dos candidatos, à votação, à apuração dos votos e à promulgação dos resultados.

§ 1º. Ocorrendo fato de força maior que impeça o desenvolvimento de todas as etapas dos trabalhos, o Colégio Eleitoral suspenderá a sessão e designará nova data para a continuidade e conclusão dos trabalhos.

§ 2º. Após a promulgação dos resultados, os trabalhos do Colégio Eleitoral serão encerrados e este será dissolvido.

Art. 48. O Colégio Eleitoral deverá se reunir com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros, para que possa iniciar a sessão e proceder à votação válida.

Art. 49. A sessão do Colégio Eleitoral será presidida pelo Diretor do CCBS e secretariada pela Secretaria Executiva do mesmo órgão.

Art. 50. A sessão do Colégio Eleitoral se dará em duas etapas, sendo a primeira destinada à escolha dos candidatos que comporão a lista tríplice para a escolha e nomeação ao cargo de Diretor, e a segunda etapa destinada à escolha dos candidatos que comporão a lista tríplice para a escolha e nomeação ao cargo de Vice-Diretor.

Art. 51. Na primeira etapa dos trabalhos será iniciada a fase de indicação de candidatos a compor a lista tríplice para a escolha e nomeação ao cargo de Diretor.

Parágrafo único. O candidato deverá ser docente, integrante da carreira de magistério superior do quadro permanente da UFSCar, ocupante dos cargos de professor titular, professor associado nível 4 ou portador de título de doutor, independentemente do nível ou classe do cargo ocupado.

Art. 52. A indicação de cada candidato poderá ser realizada das seguintes formas:

- a) oralmente, por membro do Colégio Eleitoral, estando o candidato presente;
- b) por escrito, por membro do Colégio Eleitoral, estando o candidato ausente;
- c) oralmente, pelo próprio candidato.

Parágrafo único. Para a finalidade de garantir a qualquer interessado a possibilidade de inscrição nos termos da alínea c do *caput*, a presidência do CoC-CCBS fará divulgar, conjuntamente à convocação de que trata o art. 46, um edital de chamamento de candidatos interessados em participar do processo de constituição de listas tríplices, com indicação de data, hora e local da sessão presencial do Colégio Eleitoral ou, no caso de a sessão realizar-se de forma virtual, com a indicação de data, hora e meio de acesso.

Art. 53. O Plenário do Colégio Eleitoral indicará três, dentre seus membros, para compor a Mesa Eleitoral responsável pela recepção e apuração dos votos.

Parágrafo único. Não poderá compor a Mesa Eleitoral:

- a) o candidato indicado;
- b) membro do Colégio Eleitoral que mantenha, com qualquer dos candidatos, relação de consanguinidade ou afinidade, até segundo grau.

Art. 54. Composta a Mesa Eleitoral, será iniciada a fase de habilitação dos candidatos, cabendo à mesma:

- a) receber as indicações dos candidatos;
- b) averiguar o preenchimento dos requisitos legais pelos candidatos indicados;
- c) declarar quais os candidatos habilitados a concorrer e quais foram inabilitados, especificando o motivo da inabilitação destes.

Art. 55. Após a fase de habilitação dos candidatos, a Mesa Eleitoral convocará, por chamada nominal, cada um dos membros do Colégio Eleitoral para que assine lista própria, receba a cédula devidamente rubricada, dirija-se à cabine reservada de votação e deposite seu voto na urna eleitoral. Em caso de

sessão virtual, a votação será realizada por meio de sistema de votação da UFSCar.

Art. 56. A escolha dos nomes para a composição da lista tríplice será efetuada mediante voto único e uninominal.

Art. 57. Serão considerados válidos os votos cujo preenchimento permita identificar, com segurança, a opção por um dentre os candidatos habilitados.

§ 1º. Serão considerados nulos os votos que contenham rasuras, escritos espúrios, aqueles que não sejam uninominais ou, ainda, aqueles em que não seja possível identificar a escolha do eleitor.

§ 2º. Não serão permitidos votos cumulativos, em aberto ou por procuração.

§ 3º. Os votos em branco e os votos nulos serão registrados como tal, não sendo computados em benefício de qualquer candidato.

Art. 58. Os candidatos que obtiverem o maior número de votos válidos integrarão a lista tríplice, na ordem determinada pelo resultado apurado.

Parágrafo único. Havendo empate em qualquer posição da lista, os procedimentos previstos no artigo 53 serão repetidos, até o efetivo preenchimento da lista tríplice.

Art. 59. Encerrada a fase de votação e apuração dos votos para a elaboração da lista tríplice dos escolhidos para o cargo de Diretor, será iniciado a etapa de escolha dos candidatos para o cargo de Vice-Diretor.

Art. 60. Para a escolha dos candidatos para o cargo de Vice-Diretor serão observados os mesmos procedimentos descritos nos artigos 54 a 58.

Art. 61. Apurados os votos pela Mesa Eleitoral, esta fará a ata circunstanciada dos trabalhos, dirigida ao Presidente do Colégio Eleitoral, que proclamará os resultados.

Art. 62. Os casos omissos serão decididos pelo Plenário do Colégio Eleitoral e deverão constar na ata da sessão.

Art. 63. Encerrada a sessão e dissolvido o Colégio Eleitoral, competirá ao Diretor do CCBS encaminhar à Reitoria as listas trílices e os documentos pertinentes ao processo de escolha, para a nomeação do Diretor e Vice-Diretor do CCBS.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64. Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo CoC-CCBS.

Art. 65. Qualquer alteração no presente Regimento deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do CoC-CCBS e homologado pelo Conselho Universitário.

Art. 66. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua homologação pelo Conselho Universitário, revogando-se as disposições em contrário.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/SP
SETOR DE CONSULTIVO

ROD. WASHINGTON LUÍS KM 235 - SP-310 - SÃO CARLOS CEP 13565-905 TEL: (16) 3351-8106

PARECER n. 00007/2021/CONS/PFFUFSCAR/PGF/AGU

NUP: 23112.014968/2020-11

INTERESSADOS: GABINETE DA REITORIA (GR) E CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (CCBS).

ASSUNTOS: NORMATIZAÇÕES - REGIMENTO INTERNO

- I. Análise de minuta de regimento interno do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).
- II. Elaboração a partir de minuta padrão aprovada em resolução do Conselho Universitário.
- III. Conformidade com a legislação interna e externa de regência.
- IV. Sugestões de alterações redacionais com a finalidade de ganhos qualitativos na norma, com impactos diretos nas situações por ela reguladas.
- V. Encaminhamentos.

Prezada Diretora do CCBS,

1. O presente processo administrativo veio a esta Procuradoria Federal para análise da minuta do Regimento Interno do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), constante às fls. 02/13 dos autos.
2. A minuta em análise foi aprovada na 122ª Reunião do Conselho de Centro do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, realizada em 18/08/2020.
3. Preliminarmente, considera-se conveniente registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.
4. Nessa linha de raciocínio, à luz do art. 131 da Constituição Federal de 1988 e do art. 10, §1º, da Lei 10.480/2002, incumbe a este Órgão de Execução da Advocacia-Geral da União, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da UFSCar, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.
5. A minuta apresentada retrata quase que integralmente a minuta padrão para regimento de Centro da UFSCar aprovada pelo Conselho Universitário em sua Resolução ConsUni 817/2015, havendo apenas algumas poucas alterações, notadamente em relação ao processo eleitoral de escolha de dirigentes.
6. Na presente análise serão eventualmente destacados os artigos e tópicos que merecem alguma consideração ou comentário, de modo que as passagens não mencionadas expressamente se apresentam sem substanciais modificações e adequadas à minuta padrão estabelecida pela retrocitada resolução do ConsUni.
7. Um primeiro ponto a destacar é quanto a composição do Conselho do Centro (art.6º, § 2º, da minuta), que além de encontrar previsão na minuta padrão, mostra-se também de acordo com o Art. 56 da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), abaixo transcrito:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

8. Nesse sentido, considerando os incisos I a V do caput do art. 6º da minuta, serão 37 (trinta e sete) as cadeiras docentes no CoC/CCBS, de modo que o número de representantes de cada categoria elencada nos incisos VI a VIII não pode passar de 5 (cinco) para que não seja quebrada a proporcionalidade indicada no §2º do mesmo artigo.
9. No entanto, estabelecer o número de representantes discentes de graduação e de pós-graduação bem como do corpo técnico-administrativo em seus patamares máximos pode ensejar dificuldades em situações de votações relevantes e nas quais esses corpos comparecerem massivamente.
10. Em tal situação, a ausência de alguns docentes em sessão do conselho pode inviabilizar sua continuidade pela quebra da proporcionalidade indicada no parágrafo único do art. 56 da LDB, como aconteceu, v.g., em 2020 em uma sessão do colégio eleitoral estatuído para composição de lista tríplice para os cargos de Reitor e Vice-Reitor.
11. Dessa forma, pode ser medida interessante a uma maior garantia de viabilidade de sessões do conselho - a ser decidida em caráter discricionário pelo CoC/CCBS, segundo razões de conveniência e oportunidade - limitar a 4 (quatro) o número de representantes de cada categoria apontada nos incisos VI a VIII do art. 6º da minuta em consideração.
12. Outra consideração a ser feita se relaciona à modalidade da eleição para escolha dos membros do CoC/CCBS referidos nos incisos retrocitados.
13. Apesar da minuta padrão estabelecida pelo Consuni não prever expressamente a possibilidade de eleição dos membros do Conselho por meio de votação eletrônica ("on-line"), com a utilização de software apropriado para o mister, é oportuno informar que esse formato de votação no processo eleitoral, caso isso seja da vontade do Conselho do Centro, é perfeitamente admissível e se alinha ao que já é praticado no âmbito da Universidade nos últimos anos.
14. Sobre o tema, vale frisar que a possibilidade de votação eletrônica já foi objeto de análise por parte desta Procuradoria Federal por meio do Parecer 00082/2018/CONS/PFFUFSCAR/PGF/AGU, entendendo-se como possível a realização de votação de forma eletrônica para os Conselhos Superiores da UFSCar.
15. Dessa forma, caso seja do interesse do CoC/CCBS, poderia haver alterações na redação dos artigos 40 e 42 a fim de possibilitar que a eleição de membros do conselho se proceda também pelo uso de votação eletrônica.
16. No mais, destaca-se os artigos 49 e 50 da minuta - que tratam dos procedimentos iniciais para a escolha dos cargos de Diretor e Vice-Diretor do CCBS. Embora os mesmos tenham sido redigidos exatamente como constantes da minuta padrão, merecem uma consideração e especial e uma complementação, a fim de que se evite o mesmo problema que, no ano passado, inquinou de nulidade a eleição para os cargos de Reitor e Vice-Reitor no primeiro colégio eleitoral constituído para tal. À época foi emitido o PARECER n. 00097/2020/CONS/PFFUFSCAR/PGF/AGU, cujos excertos importantes ao caso presente se transcreve:

9. Nesse sentido, preocupa-nos a disposição que constou na Resolução CONSUNI nº 29, de 21 de agosto de 2020, que dispõe sobre o processo de elaboração de listas tríplises para a escolha dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, quando assevera que a primeira etapa dos trabalhos do Colégio Eleitoral será dada pela indicação dos candidatos a compor a lista tríplice, *in verbis*:

Art. 5º. A primeira etapa dos trabalhos será constituída pela indicação de candidatos a comporem a lista tríplice para a escolha e nomeação ao cargo de Reitor, dentre os(as) docentes integrantes da Carreira de Magistério Superior da UFSCar, ocupantes dos cargos de Professor Titular, de Professor Associado nível 4, ou que sejam portadores do título de doutor, neste caso independentemente do nível ou da classe do cargo ocupado.

10. A pergunta que paira a partir da citada disposição normativa é a seguinte: o processo eleitoral será regular ou irregular se alguém, que cumpra os requisitos legais e quiser concorrer, não for indicado por nenhum membro do Colégio Eleitoral para disputar a eleição?

(...)

16. Destarte, para que a eleição a ser procedida no Colégio Eleitoral seja em tudo regular, será necessário se criar mecanismo para permitir que quaisquer interessados em disputar o pleito possam se inscrever no processo eleitoral para constituição de listas tríplises para os cargos de Reitor e Vice-Reitor, devendo ser deferidas pela Mesa eleitoral apenas aquelas inscrições cujos candidatos cumpram os requisitos legais.

17. Se tal não for feito, vislumbramos a chance de judicialização da questão, com possibilidade de deferimento de liminar(es) que atravesse(m) o processo eleitoral, causando evidentes prejuízos ao ordinário seguimento da posterior etapa de nomeação dos dirigentes, a qual ocorrerá nos âmbitos do Ministério da Educação e da Presidência da República

17. Note-se que a problemática redação do art. 5º da Resolução da ConsUni nº 29, de 21 de agosto de 2020 (acima transcrita), que dispôs sobre o processo de elaboração de listas tríplises para a escolha dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, é bastante semelhante à redação do art. 49 (e seu parágrafo único) da presente minuta de regimento, o que, se não houvesse nenhum mecanismo de permissão de inscrições de quaisquer interessados, teria o condão de viciar de nulidade as eleições que disciplina.

18. Todavia, diferentemente da mencionada resolução de 2020, a presente minuta traz um mecanismo que contorna o problema de a indicação de candidatos ser feita na própria sessão do colégio eleitoral constituído para tal mister. Trata-se da alínea "c" do art. 50, *in verbis*:

Art. 50. A indicação de cada candidato poderá ser realizada das seguintes formas:

a) oralmente, por membro do Colégio Eleitoral, estando o candidato presente;

b) por escrito, por membro do Colégio Eleitoral, estando o candidato ausente;

c) oralmente, pelo próprio candidato.

19. Sendo assim, para além das indicações feitas pelos membros do próprio CoC/CCBS, quaisquer interessados poderão se inscrever na própria sessão do colégio eleitoral

20. Contudo, para que tal mecanismo se torne efetivo, em paralelo à convocação do colégio eleitoral de que trata o art. 44, a presidência do CoC/CCBS também deverá fazer expedir edital de chamamento de candidatos interessados no pleito, devendo fazer constar data, hora e local da sessão presencial ou data, hora e meio de acesso da sessão, caso a mesma seja realizada de forma virtual.

21. Por isso, recomenda-se a inserção de um parágrafo único no art. 50 com a seguinte redação:

Parágrafo único. Para a finalidade de garantir a qualquer interessado a possibilidade de inscrição nos termos da alínea c do caput, a presidência do CoC/CCBS fará divulgar, conjuntamente à convocação de que trata o art. 44, um edital de chamamento de candidatos interessados a participar do processo de constituição de listas tríplices, com indicação de data, hora e local da sessão presencial do Colégio Eleitoral ou, no caso de a sessão realizar-se de forma virtual, com a indicação de data, hora e meio de acesso.

CONCLUSÃO

22. Ante o exposto, apresenta-se parecer opinativo à consulta formalizada a esta Procuradoria Federal, cuja conclusão é no sentido de viabilidade jurídica da aprovação da minuta do regimento interno do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, tal como apresentada para análise.

23. Mas, diante da oportunidade de ganhos qualitativos na construção do regimento, com impactos diretos nas situações que serão por ele reguladas, encaminha-se os autos à Diretoria do CCBS para que, caso julgue conveniente e oportuno, possa submeter ao CoC/CCBS, para deliberação, as alterações sugeridas nos itens 11, 15 e 21 desta manifestação.

24. Com ou sem a providência adotada no item anterior, a minuta poderá ser submetida à análise do Conselho Universitário, para fim de homologação.

São Carlos, 07 de abril de 2021.

(documento assinado eletronicamente)

MARCELO ANTONIO AMORIM RODRIGUES

PROCURADOR-CHEFE DA PF-UFSCar

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23112014968202011 e da chave de acesso 598a6603

Documento assinado eletronicamente por MARCELO ANTONIO AMORIM RODRIGUES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 575765617 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO ANTONIO AMORIM RODRIGUES. Data e Hora: 27-04-2021 23:35. Número de Série: 106216776461738784933086984098951133520. Emissor: AC SINCOR RFB G5.
